



**Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente**  
**Ata da XIII Conferência Municipal do Meio Ambiente**  
**em 08 de Dezembro de 2015**



Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, reuniram-se na escola de gestão pública do município de araucária, às nove horas, em primeira chamada, e as nove horas e quinze minutos, em segunda chamada, para a XIII Conferência Municipal do Meio Ambiente, com os seguintes temas e atividades: Resíduos sólidos, Recursos Hídricos, Guarda Responsável, Alteração da lei nº 2.277/2010, Grupos de Trabalho e Plenária Final. O sr. Leandro deu início com a leitura de um trecho da Carta da Terra. Dando início aos trabalhos e abertura, o senhor Hino Dirlei F. P. de Souza, Secretário de Meio Ambiente da Prefeitura do Município de Araucária, cumprimentou a mesa composta pelos palestrantes Eduardo Gobbi e João Carlos Fernandes, em seguida discorreu sobre o resultado das pré-conferências que aconteceram de norte a sul tratando da política ambiental do município. Citou a lei n.º 2277/10 que estabelece a política ambiental e o COMDEMA e deverá passar por revisão na conferência. Citou Loyola Brandão, que previu que o país seria uma utopia e hoje se confirma isso, com os grandes desastres ambientais. Na nossa cidade a situação não muda muito: as pessoas derrubam árvores porque delas caem folhas e sujaram seus quintais. Hoje temos cem por cento da cidade com cobertura de coleta de lixo, duas vezes por semana a coleta seletiva, e mesmo assim vemos a cidade repleta com sujeira colocada em cada canto. Vê-se o desespero da equipe da SMMA em atender aos problemas dos mal tratados aos animais. Temos que investir na educação com as crianças, como no Programa de Agente Mirim que atinge trezentas crianças num universo de vinte e cinco mil. O orçamento é muito precário, sendo que o município tem uma receita relativamente boa. Mas continuamos com força e coragem para avançar. Devemos ter a esperança que amanhã será melhor, por isso que este dia de hoje é muito importante. A contribuição da população será muito importante para nós podermos construir uma política pública melhor – lei nº 2.277/2010, e fazer um COMDEMA com debates de maior profundidade com a comunidade científica. E deu como aberta a conferência. O cerimonial fez a leitura do regimento da conferência e perguntou aos presentes se teriam algo a colocar, não havendo manifestações contrárias o regimento foi aprovado. Desfez-se a mesa e convidou o senhor João Carlos Fernandes para fazer a primeira palestra sobre resíduos sólidos. Ele cumprimentou a todos e solicitou colaboração dos presentes, o palestrante é técnico do CONRESOL – Consórcio Intermunicipal de Gestão Resíduos Sólidos Urbanos, com 23 municípios sendo 29 na Região Metropolitana de Curitiba. Iniciou a apresentação em slides apresentando informações quanto a população, geração de resíduos e Índice de Desenvolvimento Urbano na RMC e em Araucária. Comentou sobre o crescimento das cidades e dos problemas no saneamento básico. Citou que o Aterro da Caximba parou de funcionar há cinco anos e está lá com um potencial poluidor muito grande. Desde que o consórcio passou a operar com o lixo, há cinco anos, os resíduos dispostos em aterros chegaram a 2.500 toneladas por mês. Explanou sobre a relação entre economia, consumo e geração de resíduos. Custos para tratamento e disposição final. Continuou explicando as diretrizes nacionais do PNRS – Plano Nacional dos Resíduos Sólidos. Citou Fazenda Rio Grande que é sede do maior aterro sanitário da RMC e quer receber uma compensação por isso, o que aumentaria o custo para outros municípios. O lixo de araucária é todo tratado fora do município, seja doméstico ou industrial, pois há uma lei municipal que a proíbe de receber resíduos de fora. Os resíduos podem ser um grande negócio e devemos ter uma visão sistêmica na gestão de recursos sólidos considerando temas como associação de catadores, a ecoeficiência, a responsabilidade compartilhada entre esferas do poder público e setor empresarial, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; indústrias que fabricam produtos do lixo; reconhecimento dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis como um bem econômico e de valor social; respeito as diversidades locais e regionais; direito da sociedade à informação e ao convívio social. Citou os objetivos da Política Nacional dos Resíduos Sólidos: Não gerar; Reduzir; Reutilizar; Reciclar; Tratar; Dispor adequadamente os rejeitos. Os países ricos estão conseguindo reduzir, tem-se um potencial de aproveitamento dos resíduos de trinta e dois por cento



**Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente**  
**Ata da XIII Conferência Municipal do Meio Ambiente**  
**em 08 de Dezembro de 2015**



por ser feito em casa, só com a separação, sendo trinta e oito por cento é material orgânico. Hoje no consórcio pensa-se em fábricas, mas querem que chegue a menor quantidade possível de resíduos em curto prazo, de três a quatro anos. Encerrando a apresentação colocou-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. Houve uma pergunta: o trabalho que o consórcio vem realizando há dados que possam ser fornecidos? Ele respondeu que sim, que é só solicitar e que serão fornecidas num prazo de até quinze dias e que todas as informações são públicas. Para falar sobre Recursos Hídricos, convidou o senhor Eduardo Gobbi – professor da UFPR. Cumprimentou a todos e iniciou a apresentação. Depois de muitos anos chegamos a algumas conclusões. Citou a Lei 9.433 de 1997 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos e a Lei 12.726 de 1999 que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Estadual de Recursos Hídricos. A água é um bem de domínio público e, entre outros fundamentos, é muito importante para se resolver questões judiciais. O trabalho final é a fundamentação da política de recursos hídricos. Copiamos do modelo europeu, para fazer a política estadual de recursos hídricos no Paraná. Buscamos um modelo descentralizado de uma cultura que já trabalhava isso, mas deu tudo errado, pois aqui era tudo centralizado. Deve-se assegurar a disponibilidade de água para todos. Citou os instrumentos da política estadual de recursos hídricos: - plano estadual de recursos hídricos; - plano de bacia hidrográfica; - enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água; - outorga de direito de uso dos recursos hídricos; - a cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos; - o sistema estadual de informações sobre recursos hídricos. Algumas reflexões: - os avanços são muito lentos; - os vários grupos de interesse sem articulação, prejudicando e construção das políticas; - tremenda confusão entre público e privado; - “cartório e trincheira”: as pessoas não se conversam e se odeiam, faz o teu e não pisa no meu calo; - o ser humano é entrincheirador, fica na sua. A organização dos órgãos de recursos hídricos no Paraná: acabou se criando uma “elite” no assunto. Se criou o instituto das águas, para ficarem poderosos, mas isso não funciona. Eles são poderosos demais, controlam tudo e isso não dá certo. A gente resolve questões de recursos hídricos aqui no município e não lá. Todos seremos responsáveis por isto. Tudo que se faz reflete no final. O desafio da governança: na escola municipal se precisa avançar. Tem-se hoje uma centralização federalista. Seria melhor se o dinheiro gerado aqui, ficasse aqui, mas eles lá não querem isso. Na área ambiental os municípios ficarão poderosos, basta que se tenham recursos para isso. Ainda citou diversas leis ambientais: PNMA, SNUC, zoneamento agrícola, zoneamento ecológico-econômico, PNRH, PERH, Plano de Bacia, PSA, descentralização do licenciamento ambiental, educação ambiental, mudança climática, segurança hídrica, segurança de barragem, etc. Araucária é referência devido a renda que tem. Pensamos que se araucária não conseguir, ninguém consegue. Agradeceu e se colocou a disposição para responder as questões. O locutor convidou o senhor Alexander Biondo para falar sobre políticas públicas de proteção animal. Tudo que falar foi descoberto na ciência. Não existe polarização de município contra animais. Classes: sociedade, gestor, médicos veterinários, zootecnistas, biólogos e afins, que dão o suporte. A sociedade trabalha em conjunto com o gestor. A função da prefeitura é evitar o abandono e não recolher os animais. Responsabilidade conjunta: cidadão+município+profissional. Cada município deve resolver o seu ponto nefrálgico. Objetivo pela UFPR é trabalhar junto com os municípios. Porque as pessoas brigam tanto pelos animais? Porque faz parte do bem-estar. Curitiba é modelo de equilíbrio – capivara, ar e pessoas no parque barigui. Se coleta três toneladas de lixo todos os dias em Curitiba. O sofá dentro de um rio é de quem jogou. Deve-se combater a pichação. Quem é o responsável por uma cidade feia? O responsável é quem pichou e culpa a prefeitura pelos cães na rua. Quem abandonou? A prefeitura? O que define a população animal é o princípio dos cinco “As” – abrigo – água – alimento – acasalamento – acesso. Tem que reduzir a oferta de alimento. Os cães de rua, normalmente, tem donos. Hoje nos EUA de trinta a quarenta por cento dos cães são eutanasiados. Maior mortalidade –



**Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente**  
**Ata da XIII Conferência Municipal do Meio Ambiente**  
**em 08 de Dezembro de 2015**



predação; doenças; privação; captura. Menor natalidade: castração; guarda responsável; menor abandono; menor comércio ilegal; maior predação ou doenças; maior privação; maior captura e extermínio; maior adoção. Manejo populacional: em municípios até 50 mil habitantes funciona: educação; castração; abandono; adoção. A educação é a mais barata e a que mais funciona. Se falar hoje de manhã a criança aplica a tarde. O recurso está vindo para a castração de cães e gatos e não para a fauna nativa. Em SJP – concurso lúdico, em que estudantes recebem diploma de veterinários mirins. A região sul tem valores diferentes dos demais. Minha cidade tem muitos caprichos, respeita, ama e cuida de todos os seus bichos. Caso a educação não funcione cem por cento, teremos uma grande ninhada. Daí vem a castração. Mas isolada não funciona. Cada cartilha custa um real, dava para educar cinco mil crianças em vez de fazer cinquenta castrações. Todo munícipe tem direito a esta atenção – microchipagem. Fazer a castração pediátrica. Se um bairro tem mais lixo na rua ele tem mais cães na rua. Curitiba e RMC tem mais cães. Na proporção de sete cães para cada gato. Hoje as pessoas querem cães pequenos. O terceiro ponto é o abandono, em Curitiba criou-se a guarda municipal permanente, junto com a polícia civil. Criou-se a atribuição de fiscal e não a função. Em Curitiba fecharam de cinco a seis canis ilegais. Não tem mais os que promovam os maus tratos. Porém, eles foram para a RMC, não é o caso de Araucária. O judiciário é fundamental. Finalmente, a adoção, que é o último pilar. Adoção sozinha não se sustenta. Só se tem muita adoção quando as três primeiras não funcionam. O Paraná é onde mais se tem cães por habitante. Abrigos de animais na Califórnia, Geórgia nos EUA para que se treine seus munícipes. Qual o problema da adoção? 4773 – entraram; 452 – adotados. Aqui no Brasil a cada dez cães somente um será adotado. Em Araucária os acumuladores de animais muitas vezes têm problemas psicológicos, 1 para 1000 habitante em Curitiba. Em Araucária são de 10 a 15. Os cães em terminais são bem tratados e estão sumindo pois estão sendo levados para casa. Em SJP a prefeitura banca para que a pessoa fique com o cão até que seja adotado. Finalizou e abriu para perguntas: ainda comentou sobre o roubo de cães de raça; professora Beatriz / artes nos bairros água verde, CIC e bigorriho; falou da microchipagem que é importante para saber de quem é o cão; educação e combate ao abandono, não é verdade que se castrar os cães, diminuirá o número de cães nas ruas. O secretário agradeceu a palestra e colocou da preocupação com o que fazer. Tem que ter um respaldo técnico. A nossa sociedade tem que reclamar. A insatisfação da sociedade tem que ser parceira e não só crítica. Tem que ser monitorado para poder mensurar. O secretário falou da parceria com as universidades e que fará parceria com a UFPR. Agradeceu o convite e se colocou a disposição para quaisquer esclarecimentos. A tarde o secretário iniciou convidando aos presentes para formarem os grupos dos temas discutidos pela manhã: Recursos Hídricos, Resíduos Sólidos e Guarda Responsável. Discutiu-se por cerca de quarenta e cinco minutos em grupos temáticos, surgindo no mínimo cinco propostas de cada grupo de trabalho. Dando sequência na Plenária Final o secretário chamou para fazer a apresentação das seguintes propostas. Após a apresentação das propostas feitas pelos grupos temáticos, o sr. Bruno Otsuka falou sobre as alterações da lei nº 2277/2010. São duas propostas: a primeira é a alteração na composição do COMDEMA visando adaptar-se as condições atuais de representatividade tanto pela sociedade civil como pelo poder público; a segunda é a criação da Comissão Técnica em Saneamento Básico no âmbito com Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente. Conforme o Art. 18, Cap. III da Lei nº 2277/2010, o COMDEMA possui 26 vagas sendo distribuídas em: 12 vagas para poder público e 14 vagas para sociedade civil. Na composição proposta o conselho passaria a ter 23 vagas, sendo 10 vagas para o poder público, suprimindo-se uma vaga da Procuradoria Geral do Município e uma vaga da Companhia de Desenvolvimento de Araucária, mantendo-se as demais; e 13 vagas para a sociedade civil, alterando-se o Art. 18 da referida Lei, da seguinte maneira: (a) o inc. XV - 03(três) representantes dos moradores indicados pela União das Entidades do Município de Araucária, passaria para 02(dois) representantes de associações de moradores de Araucária; (b) XVI - 02(dois) representantes da Associação Comercial, Industrial e



**Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente**  
**Ata da XIII Conferência Municipal do Meio Ambiente**  
**em 08 de Dezembro de 2015**



Agrícola de Araucária, passaria para 01(um) representante, mantendo-se o texto; (c) XVII - 02(dois) representantes da Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Araucária – AECIAR, passaria para 01(um) representante, mantendo-se o texto; (d) XVIII - 03(três) representantes de Organizações Não Governamentais - ONGs Ambientalistas, com sede em Araucária, passaria para 02(duas) vagas, mantendo-se o texto; (e) XIX - 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil/Paraná, subseção de Araucária, passaria para 02(dois) representantes de conselhos e entidades de classe profissional; supressão de uma vaga do Ministério Público, por solicitação do próprio órgão que não possui atribuição de participar de conselhos, mas sim de fiscalizar a atuação deles; inclusão de 01(um) representante do(s) prestador(es) de serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto sanitário, de 01 (um) representante do(s) prestador(es) de serviços relacionados a resíduos sólidos e de 01(um) representante de entidades de ensino superior com sede em Araucária. O Engenheiro Bruno Otsuka comentou que atualmente, com 26 conselheiros, o quórum mínimo para deliberação é de 14 conselheiros presentes. Muitas entidades como a PGM, CODAR e Ministério Público acabam não enviando representantes. Outras entidades acabam não utilizando todas as vagas que possui como a ACIAA, a AECIR e as associações de moradores, por isso da redução das vagas. Outros setores da sociedade civil não estavam presentes e foram incluídas como entidade de ensino, prestadores de serviços nas áreas de água, esgoto e resíduos sólidos, sendo que esses prestadores devem estar presentes para que componham a Comissão Técnica de Saneamento Básico. A denominação de UNAMAR para o termo genérico “associações de moradores” foi alterada pela presença de outras entidades como a FEAMAR, entre outras entidades que possam vir a serem criadas. O nome da OAB foi substituído pelo termo genérico “conselhos e entidades de classe profissional” para que se possa ter a possibilidade de convocar entidades como CREA e CRBio. Assim, com a redução de 26 para 23 conselheiros o quórum mínimo presente nas reuniões para deliberação passa a ser de 12 representantes (cinquenta por cento mais um) conforme regimento. O sr. Bruno Otsuka sugeriu para a composição da Comissão Técnica de Saneamento Básico da seguinte maneira: 06(seis) representantes do poder público, dentre os Conselheiros do COMDEMA, das seguintes entidades: 01(um) SMMA; 01(um) SMSA; 01(um) SMFI; 01(um) SMUR; 01(um) SMPL e 01(um) SMOP; 07(sete) representantes da sociedade civil dentre os conselheiros do COMDEMA: 01(um) representante de associações de moradores de Araucária; 01(um) representante da ACIAA; 01(um) representante da AECIAR; 01(um) representante das ONGs ambientalistas; 01(um) representante do(s) prestador(es) de serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto sanitário; 01 (um) representante do(s) prestador(es) de serviços relacionados a resíduos sólidos; 01(um) representante das localidades rurais envolvido na manutenção e operação dos sistemas de abastecimento em comunidades rurais, podendo ser indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou Sindicato Patronal Rural ou pela SMAG. Com essas alterações mantêm-se a paridade do Conselho e da Comissão Técnica, inclusive com maior representatividade por parte da sociedade civil organizada. O sr. Bruno Otsuka abriu para debate as propostas apresentadas. Após algumas dúvidas esclarecidas foi aberta a Plenária da Conferência para votação. Nenhuma objeção foi apontada, então foram aprovadas as propostas nos moldes apresentados. O Projeto de Lei será encaminhado à Câmara Municipal, juntamente com o Plano Municipal de Saneamento Básico. O senhor secretário agradeceu a presença de todos e disse que foi muito proveitoso e gratificante. As palestras foram muito boas e deixou um abraço do senhor prefeito a todos e que será muito útil para a política pública do município. Nada mais havendo a constar eu, Adenir Ohpis, encerro a presente ata, que vai por mim assinada e pelos demais.



**Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente**  
**Ata da XIII Conferência Municipal do Meio Ambiente**  
**em 08 de Dezembro de 2015**



**HINO DIRLEI FALAT P. DE SOUZA**

Presidente da XIII Conferência Municipal de Meio Ambiente

**BRUNO TONEL OTSUKA**

Coordenador da XIII Conferência Municipal de Meio Ambiente

**ADENIR OHPIS**

Secretária da XIII Conferência Municipal de Meio Ambiente